

Reforma política só protege o sistema, dizem acadêmicos

Marcos Nobre e Glauco Peres participaram de debate promovido por uma parceria da Folha com o Cebrap

Jorge Araújo/Folhapres

DE SÃO PAULO

Feita sem diagnóstico dos problemas e no momento em que políticos se apegam aos cargos para manter foro privilegiado e escapar da Lava Jato, a reforma política que estabeleceu regras para a eleição de 2018 acabou se resumindo a uma ferramenta de autoproteção do sistema.

A análise foi feita pelos cientistas políticos Marcos Nobre (professor da **Unicamp**) e Glauco Peres (da USP) em debate realizado em parceria entre a **Folha** e o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), nesta terça-feira (5).

“É uma reforma para não mudar nada. Restabelece o poder das cúpulas partidárias e quer renovar os atuais mandatos”, disse Nobre no encontro, o último realizado neste ano pelo jornal e a instituição, sob mediação de Uirá Machado, editor da “Ilustríssima”.

Para o professor, uma das causas que fortalecerão caciques das legendas e inibirão a entrada de novatos é o poder de distribuição dos recursos públicos para as campanhas. Na primeira eleição nacional sem doações de empresas após a proibição aprovada em 2015, o dinheiro do fundo partidário (R\$ 1 bilhão) e do novo fundo eleitoral (cerca de R\$ 2 bilhões) será vital para candidaturas.

“É um cabo de guerra: de um lado a população que quer a renovação e de outro o sistema político que impede a renovação”, disse Nobre.

“Há um incentivo para di-



Os pesquisadores Marcos Nobre e Glauco Peres (de óculos) que participaram de um debate no Cebrap, em São Paulo

minuir a taxa de renovação do Congresso. É perverso”, afirmou Peres, apontando a contradição entre o que parte da população indica querer (oxigenação nos cargos públicos) e o que o sistema deverá fazer (reeleição dos congressistas).

CENÁRIO

O debate no Cebrap teve também projeções dos dois analistas políticos para a disputa presidencial. Pesquisa Datafolha sobre intenção de voto divulgada no domingo (3) mostrou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à frente (com 34%) e o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) isolado em segundo (17%).

Com a passagem do “efeito Luciano Huck”, afirmou o pro-

fessor da USP sobre a desistência do apresentador de postular o cargo, “os principais candidatos são os de sempre”. “Não sei se ele era fraco e por isso não vingou ou se o sistema é tão poroso que consegue assimilar um choque como o atual e a eleição ser como a gente sempre viu.”

Ao falar dos polos acostumados a rivalizar no cenário nacional, o professor da **Unicamp** disse que o PSDB deixou de ser um partido de quadros, com unidade, e está “inteiramente rachado”. Já o PT se tornou “luladependente”.

Para o governador Geraldo Alckmin, hoje tido como o provável candidato tucano, se impõe o desafio de conseguir alguma união no campo de centro-direita, “porque

carregar o governo Temer nas costas é muito pesado”, avaliou Nobre.

“O problema é que o governo Temer não aceita ser governo Sarney”, prosseguiu, citando o presidente que assumiu o Planalto com a morte de Tancredo Neves, em 1985.

ASSÉDIO JUDICIAL

Sobre Lula, às voltas com uma condenação judicial que pode inviabilizar sua candidatura, Nobre afirmou: “Para o país, acho uma vergonha que um ex-presidente sofra uma coisa que podemos chamar de assédio judicial, que é o que está acontecendo”.

Como o petista “nunca foi para o confronto com o sistema político”, o cientista político acredita que ele pode de-

sistir da candidatura, já que se tornará o único foco da eleição. “Lula não vai para a radicalização. Ele irá agora?”

BOLSONARO

Bolsonaro deve perder força até 2018, segundo os dois especialistas. Para Peres, o deputado federal pelo PSC-RJ (que deve ir para o Patriota) sofre de falta de propostas concretas, deve virar alvo do sistema tradicional e teria dificuldade no segundo turno, como mostram as pesquisas.

Nobre, para quem a candidatura de Bolsonaro “tende ao fracasso”, somou três fatores que pesam contra ele: indefinição sobre o partido pelo qual irá concorrer, escassez de financiamento e ausência de alianças pelo país.